

## **MULHERES E REFORMA AGRÁRIA: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ASSENTADA RURAL EM JÚLIO DE CASTILHOS/RS.**

Saritha Denardi Vattathara<sup>1</sup>, Matheus Gustavo Ristow<sup>1</sup>

*<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Maria - UFSM*

### **Resumo**

A estrutura fundiária do Brasil é produto de um processo histórico fundado na injustiça e na desigualdade que resultou na concentração progressiva de terras e no aumento de trabalhadores sem-terras, que por meio do MST, atuam politicamente em prol da efetividade da Reforma Agrária. Esse trabalho visa fazer uma análise a respeito da trajetória de vida de uma assentada do MST no território gaúcho. Utilizando a análise de sua trajetória de vida, procurou-se relacionar com as teorias de masculinização e evasão dos e das jovens do meio rural. Seu caso contrapõe as tendências gerais, demonstrando forte ligação com a terra e negando o processo de evasão, apesar das dificuldades estruturais enfrentadas. Assim, conclui-se que públicos como o caso estudado necessitam de projetos específicos que visem garantir condições para permanecerem no campo.

**Palavras-chave:** Mulheres, Reforma Agrária, MST

### **Introdução**

A estrutura fundiária do Brasil é marcada por um processo de concentração de riquezas, que tem sua origem na invasão territorial portuguesa, onde por meio de uma ocupação abrupta e violenta, implantou um modelo de exploração baseado em elementos que se conservam e caracterizam ainda hoje a agricultura patronal. Entre eles se destacam a utilização de mão-de-obra escravizada, o monocultivo em larga escala e a agroexportação. Segundo os debates atuais da questão agrária, as capitâneas hereditárias, que passaram as terras da coroa portuguesa ao “gerenciamento” da burguesia vinda de Portugal, originaram o processo de concentração de terras que se perpetua até os dias de hoje.

Atualmente, os estabelecimentos com tamanho de área igual ou maior a 100 ha representam apenas 9,6% do total de estabelecimentos agrícolas no país e ocupam 78,6% da área total dedicada à atividade, ao passo que aqueles com área inferior a 10 hectares constituem mais de 50% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,4% da área total (IBGE, 2009). Portanto, afirma-se a existência de uma Questão Agrária no Brasil, tendo em vista a estrutura fundiária

atual que é cerne da desigualdade social do país, onde convivem contemporaneamente uma elite agrária e trabalhadores sem-terras, povos originários, quilombolas e camponeses.

É nesse contexto que ao longo da história sempre esteve ativa a luta pela terra. Segundo Onofre (2008) o período inicial era caracterizado por um viés messiânico com grande influência da Igreja, mudou seu sentido por meio da influência das Ligas Camponesas, tornando-se um processo político e de demanda social, colocando a Reforma Agrária como tema principal em voga na conjuntura da época, até a Ditadura Militar em 1964. Foi nessa época que foi criado o Estatuto da Terra que tinha como função controlar as lutas sociais através da promessa de mudança nas leis que regem a estrutura fundiária no país. Ainda durante a ditadura militar começam-se as ocupações de terras, e com apoio da Igreja Católica, surgem movimentos sociais de luta pela terra, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. A bandeira principal e que unificou as grandes massas de trabalhadores sem terras era a da reivindicação de Reforma Agrária no Brasil, processo garantido pela Constituição Federal de 1988, que dedica, dentro do Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, o Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, contendo os artigos 184 a 191, porém nunca cumprido na história.

Atualmente, no Rio Grande do Sul, estão assentadas aproximadamente 13.000 famílias, dispostas em 330 projetos de assentamento (INCRA, 2011). No RS, as unidades de tipo familiar representam 86% do número total e ocupam apenas 31% da área total, mas contribuem com 54% do Valor Bruto da Produção e participam com 81% da ocupação de mão de obra (FRANÇA et al., 2009).

O MST, por meio das ocupações e sucessivos acampamentos, permitiu que o espaço rural da grande exploração, definido por Sauer (2003) como um “*não-lugar*” ou um “*vazio identitário*” calcado na exclusão e na marginalização, se resignificasse e proporcionasse abertura para um novo modelo de desenvolvimento fundado na unidade de produção familiar. Ainda segundo o autor, a criação de assentamentos gera uma nova organização social, econômica e política. Segundo Martins (2000), os projetos de assentamentos são “uma verdadeira reinvenção da sociedade” como “uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade”.

Para Fernandes e Stedile (1999), a luta pela terra impulsionada pelo MST

[...] somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes. Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra um grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 36).

Segundo Faccin (2016), por compreender seu papel classista, o MST se propõe a expandir suas bandeiras, abordando demais temas caros á sociedade, entre eles o combate á violência

sexista. Compreendendo a luta pela terra como um compromisso de classe, ela torna-se espaço para as mulheres se organizarem e participarem. Heredia (2006) mostra que o processo de luta pela reforma agrária possibilitou a participação das mulheres em espaços de formação e debate, rompendo com a divisão rígida do trabalho e permitindo a paridade nos espaços de dirigência, possibilitando representatividade e politização.

Nesse contexto, no espaço de Júlio de Castilhos/RS, o trabalho foi desenvolvido com uma mulher assentada do MST, buscando analisar sua trajetória no contexto histórico de lutas pela Reforma Agrária e de construção do debate de gênero dentro do MST, apontando as dificuldades e as vitórias enfrentadas por ela.

### **Objetivo**

Esse trabalho objetiva revisar o processo de assentamentos rurais em Júlio de Castilhos, município do estado do Rio Grande do Sul, que foi beneficiado pelas políticas de assentamentos rurais a partir do final da década de 1980. Também busca analisar a situação atual de uma mulher assentada num processo de masculinização do campo e de êxodo rural, bem como, as perspectivas da família entrevistada.

### **Metodologia**

A metodologia utilizada baseou-se em um levantamento de dados secundários por meio do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além de recorrer-se à revisão bibliográfica para consolidar o embasamento teórico sobre os temas abordados. A entrevista não foi fechada, justamente para que houvesse o desenvolvimento de certo grau de informalidade no diálogo, permitindo um livre fluxo comunicativo. A entrevista teve como base norteadora um questionário aberto com temas definidos, sendo eles: história da propriedade e da família, vínculo com o MST e trajetória militante, características da unidade de produção, anseios e perspectivas.

### **Desenvolvimento**

O município de Júlio de Castilhos, onde atualmente reside a entrevistada, era caracterizado até a década de 1970 pela presença de latifúndios com predominância da bovinocultura de corte extensiva. Após o advento da Revolução Verde, houve uma transição para o cultivo da soja, de menor área, porém com o mesmo objetivo de produção empresarial de outrora e baseado na agroexportação. Com a contínua substituição de áreas de gado por lavouras de soja, sejam por arrendamentos, sejam pela venda de propriedades, algumas dessas áreas acabaram ociosas, não cumprindo a função social da terra ou foram negligenciadas por seus donos, que deixaram de pagar seus impostos. (BUTH, 2005)

De acordo com Moreira (2008), o primeiro assentamento, criado no município, veio da desapropriação da fazenda Ramada, que comportou 101 famílias nos seus 2600 ha. O segundo assentamento formado foi na fazenda Alvorada, abrigando 72 famílias. Já o terceiro e último assentamento abrigou 60 famílias. Dessa forma, as pequenas propriedades passaram a ter maior importância no município. Os agricultores assentados passaram a produzir os mais variados tipos de produtos agropecuários, que vão desde a produção leiteira até hortaliças, frutas e legumes, abastecendo a população do município de Júlio de Castilhos e região.

A entrevistada, que tem 45 anos, é natural de Tenente Portela/RS, município localizado na região Norte do estado. Seu contato com o MST começou quando criança, por seu pai ser sem-terra e seus irmãos serem militantes do movimento. Sua mãe faleceu após o nascimento do último dos filhos. Abordando o núcleo familiar já se encontram elementos comuns às mulheres camponesas, como a violência doméstica, exercida anteriormente pelo pai e posteriormente pelo marido. Segundo o relato, a entrevistada era responsável pela casa e pelos irmãos, caso houvesse alguma falha por parte deles, ela era agredida pelo pai. Também era forçada a trabalhos braçais, como carregar e descarregar sacos pesados de adubo e calcário para vizinhos. Posteriormente viria a sofrer violência psicológica, sexual e física pelo marido, que era alcoólatra. Segundo Vasquez (2009), a Organização Mundial de Saúde (OMS) compilou dados de vários países que indicam que a violência doméstica (física, sexual e psicológica) é maior em populações rurais do que em populações urbanas. No caso do Brasil, 37% das mulheres da zona rural sofrem violência física ou sexual perpetradas por homens presentes na família.

A entrevistada possui o ensino fundamental incompleto, sendo que, quando passou para a quarta série, seu pai lhe tirou da escola sob a justificativa de “já ter domínio do básico para viver: falar e escrever”- conforme relata. Segundo Heredia (2006), a formação formal, no meio rural, não necessariamente se reflete em melhores condições de trabalho, mas contribui na construção de autonomia e no fortalecimento dos posicionamentos pessoais.

Após casar, em busca de melhores condições de vida, ela e o marido participaram do primeiro acampamento do MST, na antiga fazenda Annoni, no município de Pontão – RS, onde ela desempenhava função de cozinheira na coordenação de alimentação. Sua participação ao longo do acampamento foi, segundo ela, a “melhor fase de sua vida”. A organização coletiva permitia com que ela tivesse contato com demais mulheres camponesas. Segundo Caldart (2001),

“à medida que os sem-terra se enraízam na organização coletiva que os produz como sujeitos, passam a viver experiências de formação humana encarnadas nesta

trajetória. Toda vez que o sujeito toma parte das ações do Movimento, fazendo uma tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir esta trajetória e a identidade Sem Terra que lhe corresponde; e está se transformando e se reeducando como ser humano” (CALDART, 2001)

É nessa lógica que a entrevistada, durante o acampamento, se enxergou como sujeito não mais individual, mas sim, parte da identidade consolidada dentro daquele espaço, uma sem-terra em luta pela Reforma Agrária, conferindo-lhe voz e um espaço político de atuação.

Após o período de acampamento, já mãe de um menino, foi remanejada, com o marido e o filho, para um lote de terra em Santana do Livramento, município no Sul do estado que faz fronteira com o Uruguai.

Após frequentes episódios de violência doméstica e com ajuda do MST, conseguiu separar-se do marido e acampar novamente, deixando o lote de terra conquistado para trás. Participou novamente de outro acampamento, dessa vez sendo mãe de duas crianças. Após conquistar novamente outro lote, em 2006, deparou-se com a problemática que aflige os camponeses recém assentados pelo INCRA: a falta total de estrutura. Segundo palavras proferidas por ela:

“cheguei aqui no lote e não tinha nada, nem água nem casa, nem galpão, nem animais. Somente tinha a lona em que eu dormia e a trouxa de roupa com que saí de casa”.

A insegurança que os beneficiados pela política de Reforma Agrária encontram ao serem deslocados aos lotes acaba sendo um dos motivos pela alta incidência de lotes vendidos ilegalmente e terras arrendadas. Por meio do acesso às políticas públicas e trabalhando para terceiros, como vizinhos ou na sede da comunidade, conseguiu se estabelecer, construindo a atual casa e um galpão para a atividade leiteira que atualmente é o carro-chefe da propriedade. Segundo Menegat (2008),

“O trabalhar para os outros, deixando o que é seu, é visto pelas mulheres dos assentamentos como contradição, afinal, lutaram para conseguir a terra e, quando a conseguiram, tiveram que buscar outro espaço. Percebe-se que a identidade delas está mais ligada à roça, à condição de trabalhadoras rurais e não assalariadas, ainda que estejam vivendo do trabalho assalariado. (MENEGAT, 2008)”

Por isso, apesar da dificuldade material econômica e social, ela nunca cogitou mudar para uma atividade assalariada na cidade.

A principal problemática enfrentada pela entrevistada atualmente é a sucessão familiar. Seu filho casou-se e mudou-se para Cruz Alta/RS a fim de trabalhar no centro da cidade. Portanto a organização e o trabalho referente à propriedade são feitos por ela e a filha de 12 anos. O processo de saída do lote dos jovens para constituir uma nova família, que hoje

majoritariamente vislumbra-se na cidade, se dá pela falta de estrutura que atendam esse público específico. Segundo Guaraná (2008),

“A reprodução social do assentamento e em especial das famílias sofre com as limitações impostas pela própria política de assentamentos rurais. Os assentamentos não possuem espaço para a permanência de novos núcleos familiares oriundos das famílias lá assentadas, e nem os filhos têm qualquer encaminhamento previsto para quando formarem uma família nuclear. Mesmo os filhos que querem ficar na terra terão que procurar outro processo de acesso a terra.” (GUARANÁ, 2008)

Apesar dos entraves impostos pela estrutura hierárquica existente no meio rural, mais tangível quando o sujeito em análise é uma mulher jovem, a entrevistada e sua filha não pretendem sair do local, pelo contrario, estão estruturando uma agroindústria de queijos coloniais e outros produtos derivados do leite. Segundo ela,

“tem que ter alguma coisa pronta para minha filha poder trabalhar e ficar depois. E tirar leite é o que sei fazer desde pequena então vou aproveitar isso e ganhar dinheiro dentro da minha casa, e não sendo peão dos vizinhos”.

No caso desse núcleo, a agroindústria, as feiras, o MST, a vida em comunidade existente no assentamento e principalmente o apego á terra permite com que apesar de toda a dificuldade enfrentada, a perspectiva da entrevistada é de que não sairá do campo e de que sua filha também ficará no lote, dando continuidade á jornada por ela construída ao longo de sua vida.

### **Conclusão**

A dificuldade da luta pela terra enfrentada por uma mulher é um ciclo de empecilhos que para serem enfrentados necessitam da contribuição de variados elementos como a existência de políticas publicas para o meio rural e a presença de um movimento social ativo. Apesar do processo de masculinização e êxodo rural que tem se desenhado para o meio rural gaúcho, que segundo Guaraná (2008), é uma resposta ao controle e à exclusão da juventude rural exercida pela hierarquia patriarcal, esse núcleo contrapôs as tendências. A entrevistada encontrou condições materiais de se tornar autônoma por meio do acampamento do MST, quando chegou ao lote, aos poucos, se estruturou vendendo sua força de trabalho fora da propriedade, e agora busca se estabelecer por meio de uma atividade que agrega valor por ser em pequena quantidade e garante um retorno financeiro que instrumentalize a permanência no campo de sua filha. Nesse sentido, os direitos dos assentados a infraestrutura, saúde, educação e assistência técnica são fundamentais para que estes possam se estabelecer e permanecer nas propriedades e precisa ser garantido pelo estado. Os recentes cortes no setor da agricultura familiar por parte do governo representam uma ameaça aos pequenos agricultores e

assentados, intensificando o processo de evasão dos jovens e da marginalização dos sem-terras brasileiros.

### Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estud. av. 2001, vol.15, n.43, pp.207-224.
- CASTRO, E. G. **As Jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais**. In: Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker. (Org.). Reforma Agrária e desenvolvimento - desafios e rumo as da política de assentamentos rurais. Brasília/ São Paulo: MDA/UNIARA, 2008, v. , p. 112-130.
- FACCIN, Rodrigo Duarte. **O trabalho de mulheres assentadas: descortinando desigualdades**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8932>>. Acesso em: 29 jun. 2018.
- FERNANDES, B.; STÉDILE, J. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília-DF: MDA, 2009. 96 p.
- HEREDIA, Beatriz, Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera Presidente Prudente – v. 9, n. 8 – Janeiro/Junho de 2006 – pp. 1-28 - ISSN 1806-6755
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência 11/RS. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012**. Porto Alegre-RS. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/relatorios/file/1533-superintendencia-regional-11-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 29 jun. 2018.
- MARTINS, J. S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, 173p.
- MENEGAT, Alzira Salete. **Mulheres de assentamentos rurais: identidades e trajetórias em construção**. 2008. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST17/Alzira\\_Salete\\_Menegat\\_17.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST17/Alzira_Salete_Menegat_17.pdf) Acesso em: 20 maio 2018.
- SAUER, S. **A luta pela terra e a reinvenção do rural**. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas-SP: Universidade de Campinas - UNICAMP, set/2003, 26p.

VASQUEZ, Gislayne Cristina Figueiredo. **A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas.** *Psicol. cienc. prof.* 2009, vol.29, n.4, pp. 856-867 .